

A RELAÇÃO ENTRE HISTÓRIA E SOCIOLOGIA NO HORIZONTE DA CONCEITUALIZAÇÃO E DA EXPLICAÇÃO DOS OBJETOS HISTÓRICOS: REFLEXÕES SOBRE O PENSAMENTO DE MAX WEBER

THE RELATIONSHIP BETWEEN HISTORY AND SOCIOLOGY OVER THE HORIZON OF CONCEPTUALIZATION AND EXPLANATION OF HISTORICAL OBJECTS: REFLECTIONS ON MAX WEBER'S THOUGHT

Ulisses DO VALLE*

Resumo: Este artigo procura refletir sobre as relações entre a disciplina da história e a sociologia a partir do pensamento de Max Weber. Procuramos mostrar como a sociologia exerce uma participação fundamental na constituição do conhecimento histórico com relação a dois procedimentos específicos: a caracterização adequada das entidades históricas individuais, por um lado, e a lógica explicativa que preside a narrativa histórica, por outro. Veremos como Weber, então, introduz a sociologia como uma forma de resolver o intrincado problema da interpenetração entre o geral e o particular na representação e na explicação dos objetos históricos, de modo a esclarecer os vínculos formais e metodológicos entre as duas disciplinas assim entendidas.

Palavras-chave: História; Sociologia; realidade empírica; tipos ideais.

Abstract: This paper discuss the relationship between the discipline of history and sociology from the thought of Max Weber. We intend to show how sociology plays a key role in the constitution of historical knowledge regarding two specific procedures: the appropriate characterization of individual historical entities, on the one hand, and the explanatory logic of the historical narrative, on the other. We will see how Weber then introduces sociology as a way to solve the intricate problem of interpenetration between the general and the particular in the representation and explanation of historical objects, in order to clarify the formal and methodological links between the two disciplines well understood.

Keywords: History; Sociology; empirical reality; ideal types.

A relação entre a sociologia e a disciplina da história é sem dúvida uma das mais intrincadas relações entre diferentes disciplinas na história das ciências. Entre elas ocorre algo muito semelhante ao tipo de relação que existiu entre a física e a matemática no século XVI. Uma ausência de limites claros sempre foi a marca da relação entre história e sociologia. Sem nenhum exagero, pode-se dizer que a diferenciação das duas disciplinas é tardia em relação a seu surgimento e configuração. Se, como prática, a história existia desde os tempos de Tucídides e Heródoto, foi apenas no século XIX que ela se converteu numa disciplina metodicamente orientada cujos objetivos eram, mais do que representar o passado, explicá-lo. Essa pretensão explicativa, cujo impulso provinha principalmente

* Doutor em História. Professor Adjunto de Teoria da História – Faculdade de História – Universidade Federal de Goiás – UFG, Campus Samambaia. Goiânia, GO - Brasil. E-mail: ulissesv@ufg.br.

das inspirações iluministas, obrigou a história desde a segunda metade do século XVIII a uma penetração cada vez mais intensa no domínio da teorização de seus objetos. Além do estatuto ontológico do passado, impunha-se ao conhecimento histórico uma teoria do comportamento humano em ligação com uma teoria da sociedade, da cultura e, é claro, de suas conjuntas transformações no tempo. O século XIX, por isso, marca não apenas o processo de profissionalização e institucionalização da disciplina da história – de sua configuração como um conjunto de procedimentos metodicamente orientados e logicamente regulados – mas também a aproximação crescente da disciplina da história com uma outra disciplina nascente: a sociologia.

Não é preciso, portanto, ir muito longe para atestar o enorme e inextricável rol de influências mútuas que exerceram ambas disciplinas. Basta observar o grau de importância que tiveram para a história da historiografia os intelectuais considerados fundadores da sociologia. No horizonte temático de Karl Marx, por exemplo, é definitivamente impossível traçar uma distinção clara entre o que seria uma teoria do “histórico” em oposição a uma teoria do “social”, para não falar da conhecida e enorme repercussão que seu pensamento teve não apenas na história da historiografia, mas também da sociologia e tantas outras ciências sociais. Em Georg Simmel, pensador já mais decididamente vinculado à fundação da sociologia, a relação com a história não é menos intensa: em seu famoso livro sobre a “forma monetária”, há um hibridismo inextricável de interesses filosóficos, sociológicos e históricos (SIMMEL, 2005). No caso de Émile Durkheim, por outro lado, embora estivesse envolvido muito mais estritamente do que Marx no esforço de fundar uma nova disciplina, com sua própria autonomia metodológica e epistemológica, é certo que seu conceito de “fato social” influenciou gerações de historiadores.¹

Com Max Weber, por sua vez, não se desvanece a relação entre história e sociologia. Ao contrário, ela ganha um nível de clareza até então inaudito. Ele talvez seja o primeiro pensador ligado às ciências humanas que não apenas distinguiu claramente o domínio sociológico do domínio histórico, como também aquele que traçou de maneira clara o intercâmbio e a interpenetração dos dois âmbitos disciplinares. Mas, se observarmos mais de perto a trajetória de sua obra, veremos que o interesse explícito pela sociologia é tardio em relação ao interesse pela história. Embora tenha ganhado enorme fama como sociólogo, sobretudo nas primeiras décadas de sua recepção, Weber começou sua carreira intelectual como historiador. É somente a partir do fim da primeira década do séc. XX que os seus primeiros escritos de caráter mais estritamente sociológico aparecem. Seus escritos metodológicos anteriores a 1910 tinham como tema central os

problemas epistemológicos e metodológicos que estavam em debate no círculo de fundamentação do conhecimento histórico, herança não apenas da escola histórica alemã da qual era oriundo, mas de todo um ambiente intelectual que encontrou na história o centro de toda tematização desde o idealismo alemão. Não é preciso e nem possível, aqui, adentrar nas especificidades das numerosas variantes do historicismo, muito embora não seja demais lembrar a centralidade do tema da história ao longo de todo o século XIX.

Tendo em vista a pertinência clássica da relação entre história e sociologia, bem como o desdobramento dessa relação no interior da obra de Weber, este artigo será delineado sobre duas hipóteses: a primeira, de que tal como a concebe, a sociologia aparece na obra de Weber como uma ferramenta cujo fim é servir à história; a segunda, de que história e sociologia são disciplinas logicamente autônomas, muito embora mutuamente dependentes quanto aos *resultados* almejados por cada qual: a sociologia, sem a história, é vazia, e a história sem a sociologia é tão somente descritiva e ingênua. História e sociologia, assim, podem ser entendidas como duas etapas distintas dentro de uma mesma operação científica. No que se segue trataremos de explorar a amplitude das relações entre história e sociologia no interior da obra de Weber, dando ênfase à verificação das duas hipóteses supramencionadas.

A controvérsia de classificação das ciências

Tanto a história quanto a sociologia, consideradas como disciplinas, isto é, como um corpo de conhecimentos adquiridos através de investigação metódica e passível de controle lógico e empírico, tiveram uma trajetória de fundamentação conjunta uma à outra. Ainda que o caminho de cada qual tenha por ventura se separado da outra, ambas estiveram unidas no esforço de construção das ciências humanas. Erguendo-se à pretensão científica, essas disciplinas estiveram unidas ou na incorporação dos métodos consagrados nas ciências naturais – como o demonstra a latente influência do positivismo comteano em meados do século XIX – ou, por outro caminho, na delimitação de um objeto não-natural de conhecimento. No primeiro caso prevalecia o ideal de unidade do método científico, de modo que a ciência devesse ser basicamente a mesma para todos os variados tipos de objeto do conhecimento: a explicação causal dos fenômenos particulares a partir de sua subsunção a leis e conceitos gerais. No segundo caso, por sua vez, estava em jogo uma tarefa muitíssimo mais desafiadora, que consistia em determinar as propriedades específicas e originais de um mundo de objetos – ou de um âmbito objetual – diferente do mundo de objetos caracterizados pela extensão corpórea. Na esteira de tal

tarefa, obviamente, vinha outra questão: depois de delimitada a especificidade dos objetos não-naturais, restava ainda a construção de um conjunto metodológico adequado a esta especificidade, já que não teria sentido mais a simples importação de métodos de um grupo de ciências cujo domínio objetual era outro.

Longe de pretender a unidade do método científico, o objetivo imediato dos intelectuais vinculados a este segundo grupo era constituir uma classificação das ciências. Em jogo estava, portanto, a delimitação da particularidade do conhecimento científico de objetos não-naturais, ou, se quisermos, de objetos históricos, sociais, culturais. Com Weber (2001c, p. 09-10), podemos subdividir os intelectuais que almejavam a classificação das ciências em dois subgrupos, segundo o critério de classificação usado por cada qual: aqueles para os quais a particularidade do conhecimento histórico era de caráter ontológico, como Wilhelm Dilthey, Friedrich Gottl, e Theodor Lipps, e aqueles para os quais a particularidade do conhecimento histórico era de caráter tão somente lógico, como no caso do neokantismo de Wilhelm Windelband, Heinrich Rickert e Emil Lask.

Enquanto Dilthey almejava a captação da experiência histórica pelas vias de uma hermenêutica filosófica que retrocedia à herança de Hegel e F. Schleiermacher, Windelband e Rickert almejariam o mesmo, mas pela via da lógica formal e da fundamentação transcendental kantiana.² As *Geisteswissenschaften* de Dilthey como as *Kulturwissenschaften* de Rickert almejavam a captação metódica de um tipo particular de experiência que era fundamentalmente distinto da experiência dos objetos naturais, cujo conhecimento se consagrava na repercussão e no sucesso das ciências naturais.

O termo *Geisteswissenschaften* surgiu pela primeira vez na língua alemã em 1854, para designar em alemão o que Stuart Mill havia nomeado como *Moral Sciences* (GADAMER, 2007, p. 145). Se Dilthey e Rickert concordavam quanto a necessidade de dar atenção a uma forma particular de experiência que se distinguiu da experiência de objetos naturais, eles discordavam fundamentalmente quanto ao modo específico que cabia a captação dessa experiência. No rastro do Romantismo e da Hermenêutica, Dilthey fará da interpretação (*Auslegung*) e da compreensão (*Verstehen*) as duas chaves para o entendimento de um segundo mundo de objetos ao lado dos objetos naturais. As Ciências do Espírito (nas quais se incluiriam tanto a história como a sociologia), nessa medida, deveriam desvelar a interdependência primária da experiência, termo que Dilthey usava para indicar a rede de significações que punha os diferentes indivíduos numa mesma escala de interpretabilidade, indicando, portanto, a “interpenetração funcional recíproca entre as experiências psíquicas e as situações sociais” (MANHEIM, 1972, p. 71)

Posta à luz das discussões epistemológicas que marcaram a época de Dilthey e Rickert, o ponto central de suas discordâncias podia ser localizado a partir do que cada um entendia ser a *particularidade* do conhecimento histórico. Se tanto um como o outro apontava para um tipo particular de experiência em oposição à experiência já consagrada (fundamentada) dos objetos naturais, era preciso, no entanto, determinar a particularidade dessa forma específica de conhecimento que era o conhecimento de objetos não-naturais, de objetos culturais e históricos. Nos termos de Weber, Dilthey caminharia para a fundamentação de uma *particularidade ontológica* do conhecimento histórico (WEBER, 2001c, p. 9), baseado na pressuposição de que o domínio simbólico da experiência correspondia por excelência ao domínio da historicidade. Nas palavras de Herbert Marcuse, em seu estudo sobre Hegel e Dilthey, “a historicidade indica o sentido daquilo que visamos quando dizemos de algo: isto é histórico – ela indica o sentido deste ‘é’, o sentido de ser histórico” (MARCUSE, 1972, p. 13, tradução nossa).

O caminho de Rickert se daria numa trajetória totalmente diferente. O projeto de Dilthey, no caso, é por certo muitíssimo mais abrangente, na medida em que enquadra sua teoria da historicidade num quadro de indagações de uma filosofia da Vida, entendida num sentido hegeliano que expressa, entre tantas outras coisas, mobilidade.³ Já Rickert, por sua vez, se movimentaria num terreno mais estreito delimitado pela sóbria teoria do conhecimento de matriz kantiana, na esteira de Windelband, preocupando-se mais especificamente com os limites e as condições de possibilidade do conhecimento histórico ou, de um modo mais contundente, da história enquanto objeto da ciência. Daí o próprio Weber opô-lo a Dilthey, no sentido de que Rickert se impôs a tarefa de delimitar tão somente a particularidade lógica da história, e não sua particularidade ontológica, como o fizera Dilthey⁴.

Quanto a este tema, é certo que Weber está mais próximo de Rickert e dos neokantianos de Baden do que de Dilthey. Há uma enorme literatura secundária que trata da relação de Weber com os neokantianos, especialmente Rickert. Entretanto, não há um consenso definido quanto ao grau de influência que Rickert de fato teria exercido sobre Weber, variando a literatura secundária entre aqueles que exageram essa influência – como Guy Oakes (1987) – e aqueles que a minimizam – como Gabriel Cohn (1979), Guilherme Merquior (1980), Hans Henrik Brunn (2001) e Adair-Toteff (2002).

Para Rickert, a suposta oposição entre Natureza e Espírito não era capaz de esclarecer as verdadeiras diferenças entre as ciências empíricas. Uma vez que o interesse de Rickert era fundamentar a história a partir do plano lógico-formal, conceitual, de seus procedimentos cognoscitivos, ele observa que a especificidade do “ser psíquico”, em

oposição ao “ser corpóreo”, não serve para diferenciar as ciências não-naturais das ciências naturais. Rickert destacava, para fortalecer seu argumento, o fato de que a classificação de Dilthey, fundada na distinção entre ser psíquico e ser corpóreo, deixava de fora uma porção enorme de objetos que, por serem corpóreos, não eram todavia menos históricos.

Nisso, Rickert já pode ser considerado como continuador das teses de Windelband. Já para Windelband, o que distinguia a história das ciências naturais não é um mundo específico de objetos, mas a modo de elaboração lógica (formal) dos conteúdos subtraídos da realidade empírica. A pressuposição básica aqui é que cada momento concreto da realidade empírica é atravessado por uma singularidade irreduzível e que a generalização conceitual, na medida em que busca o que há de comum entre os mais diversos fenômenos, não pode captar. E é justamente por essa existência singular que se interessa a história. Ele, por isso, classifica as ciências não segundo os objetos que supostamente existiriam antes da própria ciência – já que o geral, neste caso, é reconhecido como ontologicamente vazio, sem existência concreta – mas segundo a forma lógica a partir da qual a ciência elabora e delimita seu objeto. No caso, há uma só realidade, mas dois grupos distintos de ciência: as ciências nomológicas, aquelas que se interessam pela formulação de leis e conceitos gerais, e as ciências idiográficas, aquelas que se interessam pela existência individual, isto é, pela realidade concreta, em sua individualidade e especificidade, pelos fenômenos naquilo que têm de particular e irrepetível, de idiossincrático. A história, obviamente, pertenceria a este segundo grupo de ciências. Não é bem o Espírito, enquanto totalidade do ser psíquico, que está em oposição à natureza, mas a realidade singular ou, em outras palavras, a própria história. “A realidade se faz natureza quando a consideramos com referência ao geral; se faz história quando a consideramos com referência ao particular e individual” (RICKERT, 1965, p. 92). Na base desta distinção está não um critério material, colhido no “modo de ser” dos objetos, mas um critério lógico, atinente ao modo formal de conceptualização da realidade, generalizante ou individualizante.

Em consonância a esta tendência, Weber destaca a frugalidade da tarefa envolvida na constituição de uma teoria geral das ciências sociais, como se o “social” fosse uma matéria inerte em torno da qual todas as demais ciências que dele se ocupassem estariam imediatamente ligadas. Não há aí um mundo de fatos “sociais” esperando pacientemente o conhecimento tomar nota deles. A aproximação a uma teoria do conhecimento que encontra no método, e não no objeto, o seu traço distintivo é notória em Weber:

No las conexiones ‘de hecho’ entre ‘cosas’ sino las conexiones conceptuales entre *problemas* están en la base de la labor de las diversas ciencias. Una nueva ciencia surge cuando se abordan nuevos problemas con métodos nuevos, y, por esa vía, se descubren verdades que inauguran nuevos puntos de vista cualitativos (WEBER, 2001a, p. 57).

A discrepância com a tradição durkheimiana é evidente. O problema central envolvido na teorização de uma ciência não corresponde a uma preliminar definição da natureza de seu objeto. Corresponde, antes, ao modo com que tais pretensões de cientificidade se configurarão num conjunto de métodos encarregados de oferecer uma representação conceitual de determinado fenômeno. Trata-se, portanto, do velho problema kantiano entre conhecimento e realidade, entre representação e coisa-em-si (SCHLUCHTER, 1985, p. 13; GARCÍA, 1943, p. 25-26). É, no fundo, a repercussão desse problema que conduz Weber tanto a uma discriminação entre história e sociologia a partir de duas respectivas lógicas de formação dos conceitos – a generalização e a individualização –, quanto a aprofundar a reflexão sobre a natureza da representação conceitual – o que se concretiza em sua teoria dos tipos ideais. No que se segue trataremos à luz a correlação entre essas duas questões, almejando evidenciar não apenas a divisão de tarefas entre história e sociologia, sua importância recíproca, como também destacar a especificidade do modo com que cada qual oferece uma representação conceitual da realidade.

De Rickert a Weber: O problema da formação de conceitos da existência individual

Uma vez considerado que Weber está mais próximo de uma teoria que se fundamenta sobre a particularidade lógica da história, fica óbvia a dimensão de *interesse* que toma a atividade conceitual no pensamento weberiano. Antes de adentrarmos propriamente no núcleo da teoria dos conceitos weberiana, bem como da caracterização da história e da sociologia através da forma de elaboração conceitual, convém abordarmos o problema, basilar para todo o neokantismo, da relação entre conceito e realidade. É sobretudo no que toca a esta grave questão que o pensamento de Weber mais se aproxima do neokantismo de Rickert.

O pressuposto básico que une os neokantianos é o princípio analítico de formação dos conceitos, o que marca, entre outras coisas, sua oposição a Hegel e ao hegelianismo em geral. Ao contrário de Hegel, para Windelband, Rickert e Emil Lask o real não é racional. Segundo Rickert, o termo “real” se refere ao empiricamente dado ou experimentado “no qual nós vivemos nossa existência sensorial” (RICKERT, 2009, p.

38-39). Esta existência sensorial na qual estamos inseridos é caracterizada com um atributo que modifica substancialmente o modo da relação entre conceito e realidade. Trata-se de um fluxo absolutamente singular que é contínuo e heterogêneo e que, como tal, compreende uma manifestação infinita a cada menor fragmento seu. Para a teoria analítica de formação dos conceitos, portanto, o objeto da experiência imediata é a única realidade, a base a partir da qual começa a formação de conceitos. Mas, uma vez consistindo numa manifestação infinita, esse objeto singular da experiência imediata não pode ser reproduzido conceitualmente. Entre conceito e realidade há um *hiatus irrationalis* intransponível. A operação conceitual transforma e simplifica a realidade, e não a reproduz (RICKERT, 1965, p. 63). A teoria analítica de formação de conceitos dirige-se contra a tese hegeliana de que os conceitos são mais reais que a existência individual e contrapõe-se imediatamente ao que Lask classificara, então, como a teoria emanacionista da formação de conceitos. Segundo esta, o conceito não seria um aspecto abstraído da realidade; ao contrário, a existência individual realizaria ou corporificaria o conteúdo do Conceito, do qual ela “emana”. Segue-se disso que os eventos concretos poderiam ser deduzidos dos conceitos, considerados assim ontologicamente mais ricos que esses eventos e, nesse sentido, como correspondendo a uma realidade superior (OAKES, 1987. p. 439). É, então, contra esse emanacionismo que se dirige a teoria da formação de conceitos de Rickert e, em consonância a ela, a de Weber.

É exatamente em função da tese da irracionalidade da realidade empírica que não fazia sentido para Rickert procurar a especificidade das ciências culturais no domínio da própria realidade, isto é, fundamentar uma classificação das ciências a partir de uma suposta particularidade ontológica dos objetos não-naturais. Para Rickert, a realidade empírica é uma só, e não se divide em objetos naturais e objetos culturais-históricos até que o conhecimento tenha penetrado nela e operado uma específica transformação seletiva, isto é, *conceitual*, da realidade. As ciências, portanto, se distinguem pelo modo através do qual operam a transformação conceitual da realidade, e não pela substância de seus objetos. Para a diferenciação das ciências, portanto, importa o princípio formal que orienta a operação conceitual: enquanto as ciências naturais consideram a realidade empírica com relação ao geral, a história e as ciências da cultura consideram a realidade com relação ao individual segundo uma relação teórica com valores – já que também a pretensão de representar a realidade em sua individualidade é também absurda à luz do *hiatus irrationalis* entre conceito e realidade: é possível representar não a individualidade da realidade mesma (que é sempre uma multiplicidade infinita), mas apenas os elementos

selecionados segundo um critério valorativo teoricamente orientado (RICKERT, 2009, p. 104).

Tentando superar o problema do *hiatus irrationalis* entre conceito e realidade sem abandonar a concepção analítica de pensamento, Rickert operou uma distinção fundamental da qual Weber teria se apropriado: a diferenciação entre a manifestação perceptiva concreta e a individualidade de um objeto de conhecimento. A primeira trata-se de um “indivíduo”, enquanto o segundo de um “in-divíduo”.

A primeira espécie de individualidade não é outra senão a da realidade mesma, e não chega a participar de nenhuma ciência. A outra espécie de individualidade é uma determinada concepção do real, e pode ser apreendida em conceito. Entre a inabarcável multiplicidade dos objetos individuais, isto é, diferentes uns dos outros, fixa-se o historiador apenas naqueles que, em sua especificidade individual, ou encarnam valores culturais ou estão em relação com estes (RICKERT, 1965, p. 127, tradução nossa).

Ao conceito de uma individualidade histórica – em contraposição à individualidade contínua e heterogênea que corresponde à manifestação intensiva e extensivamente infinita da realidade – Rickert atribui não apenas a qualidade da unidade, da individualidade e coerência, mas também e, sobretudo, a especificidade, a singularidade com relação a valores, que a torna insubstituível (RICKERT, 2009, p. 81). A história se distinguiria da ciência natural não por uma substância específica, mas pelos seus interesses cognoscitivos pela realidade e pela forma lógica a partir da qual representa o objeto do conhecimento. Embora Weber estivesse, como dissemos, mais próximo desse tipo de fundamentação lógica do conhecimento histórico-social, ele não mantinha a mesma rigidez no que toca à separação das ciências segundo um monopólio dos métodos, como se a generalização conceitual devesse ser atributo apenas da ciência natural, por um lado, e a conceptualização individual relacionada a valores atributo da ciência cultural. Isso porque, tal como Rickert também foi obrigado a reconhecer, a generalização também tem um papel fundamental para a historiografia e mesmo ao seu interesse de representar o real em sua individualidade.

Weber, por isso, parece ter delimitado um âmbito próprio para os procedimentos generalizantes, para o qual dava o nome de sociologia: esta, então, seria a disciplina encarregada de operar as generalizações conceituais tão caras às representações dos fenômenos históricos particulares, bem como de sua explicação causal. Vejamos, na próxima seção, o modo pelo qual Weber aprofunda a ressonância do *hiatus irrationalis* entre conceito e realidade e oferece uma resposta que intercala generalização e

individualização conceitual como duas operações complementares de uma mesma operação científica, fazendo da historiografia e da sociologia etapas conjuntas de um mesmo procedimento cognoscitivo global.

A interpenetração e a concomitância entre o geral e o particular

Em Weber, tal como em Rickert, também encontramos a tese de que “há uma infinitude intensiva em toda a variedade empiricamente dada” (WEBER, 2001c, p. 54), bem como uma consoante crítica ao hegelianismo. É a existência individual que, também para Weber, é dotada de autêntica realidade. O conceito geral significa sempre “um afastamento contínuo e crescente da realidade empírica e concreta que, por toda a parte, existe apenas com características de individualidade e particularidade” (WEBER, 2001c, p. 4). O custo de buscar o que há de comum entre as coisas seria o esquecimento de suas diferenças. O objetivo da historiografia, nem por isso, pode ser o de representar a passado tal como realmente aconteceu, tal como manda a célebre máxima de Leopold Von Ranke. O passado tal como realmente aconteceu corresponde a uma infinitude que é simplesmente ininteligível e absolutamente irrepresentável, seja pela representação de caráter estético, seja pela representação propriamente conceitual. Pelo mesmo motivo, para Weber não era possível revelar o conteúdo da realidade empírica procedendo “idiograficamente”, isto é, tão somente oferecendo uma descrição e uma organização narrativa do conteúdo intuitivo formado pelas fontes primárias da história. Da historiografia Weber exige a produção de conceitos de indivíduos históricos, tal como Rickert o havia feito. Indo além de Rickert, no entanto, Weber exige ainda que a historiografia também explique causalmente seus objetos e o conteúdo de sua especificidade, tarefa para a qual ele desenvolve o conhecido método da imputação causal singular. Nessas duas tarefas atribuídas à disciplina histórica, há uma decisiva participação da sociologia, que Weber incumbe de oferecer as generalizações necessárias aos respectivos procedimentos especificamente historiográficos, quais sejam, a individualização conceitual (ideal-típica) e a explicação causal singular. Vejamos, então, a crítica de Weber ao hegelianismo como maneira de melhor caracterizar o que ele chama de conhecimento analítico-discursivo, ao qual pertenceria a disciplina da história.

Partindo do sistema hegeliano, e procurando superar o *hiatus irrationalis* entre conceito e realidade através do emprego de conceitos ‘universais’ com a conotação de ‘entidades metafísicas’, que seriam capazes de abranger as coisas e os processos históricos individuais

como ‘realização’ e ‘emanação’ de um processo de devir histórico, adotamos claramente uma concepção da essência da realidade histórica e da validade dos conceitos. Deste ponto de vista, a relação entre conceitos e realidade pode ser pensada de um modo rigorosamente racional. Em outras palavras, pensar a relação entre a maneira pela qual a realidade pode ser deduzida, de modo decrescente, a partir dos conceitos gerais, e, ao mesmo tempo, captá-la plástica e empiricamente, isto é, de modo a fazer com que a realidade, ao ascender aos conceitos, nada perca de seu conteúdo empírico. Neste caso, conteúdo e extensão dos conceitos não se opõem; pelo contrário, são idênticos, já que o individual não é apenas um exemplar da espécie mas também uma parte do todo que é representado pelo conceito. ‘O conceito mais geral, do qual tudo poderia ser deduzido, seria, ao mesmo tempo, o conceito capaz de conter maior conteúdo’ (WEBER, 2001c, p. 12-13).

O tipo de relação entre conceito e realidade empírica expresso nessa maneira de pensar destitui a realidade empírica, histórico-concreta, de toda a sua riqueza e variedade diferenciais, já que no fim das contas subsume toda uma gama de diferenças qualitativas a um conceito geral abstrato. Isto seria supor, como Weber atesta, que o nosso conhecimento conceitual tivesse características do conhecimento matemático, atribuindo de antemão à relação entre o todo e as partes uma identidade tal qual a identidade numérica. Seria preciso que cada fragmento da realidade empírica consistisse numa *unidade não-diferenciada* das demais para que pudessem ser diretamente correlacionadas com outras unidades, também não diferenciadas.

Um conhecimento conceitual deste tipo, muito distante de nosso *conhecimento analítico-discursivo*, só seria possível se tivesse, em termos de analogia, as características do conhecimento matemático. Entendendo desse modo o processo cognitivo, surge o pressuposto, de natureza metafísica, de que o conteúdo dos conceitos pensados como realidades metafísicas estariam por trás da realidade, a qual seria uma emanação daquelas realidades metafísicas, de modo semelhante aos teoremas da matemática que se inter-relacionam logicamente (WEBER: 2001c, p. 12, grifo nosso).

Em Weber, o conceito é, antes de qualquer coisa, uma forma de atividade, de elaboração abstrata do conteúdo empírico inesgotável. Utilizamos a palavra atividade porque ela bem expressa o entendimento de Weber: o conceito, mesmo o abstrato, não pode ter jamais uma definição acabada, definitiva, e se encontra sempre *em atividade* (*é, paradoxalmente, uma definição ainda indefinida*). Como ferramenta de conhecimento de uma realidade infinita e que está em perpétua renovação, o conceito há (cedo ou tarde) de ser sempre indeterminado pela realidade que ele próprio almeja. O *hiatus irrationalis* entre conceito e realidade não é apenas um problema de linguagem, como se o conceito, enquanto linguagem, não pudesse ser capaz de dar acesso a uma realidade não-linguística

ou trans-linguística; mais do que isso, o *hiatus irrationalis* entre conceito e realidade é também de *ordem temporal*, na medida em que o conceito, resistente à passagem dos instantes e à continuidade do fluxo de qualidades heterogêneas, não acompanha o surgimento de novos pontos de vista apreciativos que cada momento do devir inesgotável imprime (ou pode imprimir) à realidade empírica.

Almejar um sistema acabado de conceitos, ou sistema acabado da linguagem, redundaria no contrassenso de uma realidade também acabada. A formação de todo e qualquer conceito está enredada numa perspectiva axiológica que é duplamente complexa: seu status de avaliação está implicado tanto na instância existencial da cultura, por um lado, quanto na instância existencial da história, por outro. *A instância existencial da cultura oferece à formação de conceitos o critério de significação a partir do qual uma porção selecionada do devir empírico é recortada; oferece, pois, um domínio de relevâncias que constitui os fins dirigentes da atividade conceitual, dentre a infinitude de determinações do objeto empírico, seleciona aquelas que são significativas segundo valores; a instância existencial da história, por sua vez, oferece a experimentação de mudanças nos pontos de vistas apreciativos e na ordem de relevâncias, seja através da inadequação ou adequação a fatores contingentes sempre existentes.*

Ora, um inter-relacionamento lógico-causal entre as parcelas decompostas da realidade histórica só seria possível sem maiores problemas se sua concreitude empírica fosse passível de ser traduzida pela identidade numérica, tão vazia de conteúdo concreto que permite, em princípio, o condensamento sintético de toda infinitude numa só representação, num só símbolo: uma equação condensada que em seu espectro incluísse necessariamente todas. Pensando num exemplo bem simples, a grandeza “1+1+1+1+1+1+1+1+1+1” pode ser condensada numa só unidade sintética “10”. É justamente o fato de a matemática operar com unidades absolutamente idênticas o que lhe permite todo o inter-relacionamento lógico entre as partes envolvidas numa mesma proposição matemática – no caso, o todo. É em função do pressuposto de que $1=1$ que a proposição matemática “ $10 = 1+1+1+1+1+1+1+1+1+1$ ” faz sentido e torna-se facilmente inteligível; é, pois, em função de tal propriedade dos pressupostos matemáticos que é possível que uma gama de unidades indiferenciadas seja reunida numa mesma condensação sintética, *representacional*: “10” é o mesmo, é igual, a “1+1+1+1+1+1+1+1+1+1”. Em outras palavras, a substituição do signo “10” pelo signo “1+1+1+1+1+1+1+1+1+1” ocorre sem nenhum prejuízo semântico.

Muito bem; mas e a História? Como prescrever a ela um inter-relacionamento lógico entre seus acontecimentos, entre “causas e efeitos”, entre partes do devir total e

real, se nela não conhecemos nunca unidades idênticas, mas tão somente unidades diferenciadas (particulares, singulares, únicas) e demasiadamente efêmeras? Não teria ela muito que analisar, “des-sintetizar”, desmanchar, antes de querer sintetizar algo? Que sentido tem, em História, tendo em vista tais questões, o pronunciamento de juízos que em última instância contém uma inter-relação lógica entre as partes que tende a ser descrita como concebendo que algumas partes estão causando outras? (ou levando a, somando a, outras partes?).

Quando, por exemplo, um historiador cujo objeto de estudo refere-se, espaço-temporalmente, à França de 1789, e que visa dar a estes acontecimentos um acabamento sintético na forma de uma obra historiográfica, ou de um conceito final que inclua em seu espectro a representação pormenorizada destes acontecimentos, acaba ele por cair numa certa analogia implícita com o conhecimento matemático. Não é raro encontrar obras historiográficas que tratem a causalidade histórica a partir da suposição de unidades idênticas: o historiador, assim, divide e fragmenta a continuidade heterogênea que foi a realidade empírica passada num conjunto de “partes”, de unidades, que estão supostas num mesmo conjunto total, podendo de antemão estar relacionadas entre si na consecução de uma “totalidade”, representada assim como “Revolução Francesa”. O conceito de Revolução Francesa, que uma obra tal como essa devesse atingir, suporia que as “partes” em história fossem como as “partes” em matemática, isto é, totalmente idênticas e indiferenciadas, de um tal modo que o vocábulo ou símbolo “Revolução Francesa” pudesse sintetizar um conjunto de partes (neste caso, causas e efeitos) relativos à França de 1789 assim como o símbolo “10” pode sintetizar o conjunto “1+1+1+1+1+1+1+1+1+1”.

É essa concepção de causalidade, que quase sempre, ainda que de maneira velada, predominava nos estudos históricos, que Weber, em acordo com Lask, queria eliminar: não, no caso, em nome da ausência de causalidade, mas em nome de uma outra concepção de causalidade, que a despeito de ter que elevar-se às alturas vertiginosas da abstração, como o faz a matemática, não pode, diferentemente dela, perder o contato com a multiplicidade dos detalhes concretos – cuja variedade intensiva de cada parte indetermina qualquer abstração prescrita ao todo e exige, antes de mais nada, uma *análise*.

O desmembramento em partes de um fenômeno histórico apenas pode se dar discursivamente, uma vez que o que leva de uma parte à outra *não são relações lógicas imediatas entre unidades idênticas*, mas o gesto deliberado de um ordenamento seletivo que envolve escolha e que emprega palavras com conteúdo geral, isto é, discursivo, ao qual não se aplica nem dedução nem indução e nenhum outro tipo de inquirição lógica

que exclua a relação entre *sentido e causalidade*, entre *causalidade e interpretabilidade* – o que, em outras palavras, ocorre em função da *não-identidade/não-simultaneidade* das partes a que a realidade histórica pode ser seccionada, e cuja mediatez discursiva implica num tipo de síntese cujo estatuto representacional, descritivo, indetermina prescrições abstratas na forma de conceitos gerais. Eis, portanto, o que, com Weber, chamamos acima de conhecimento analítico-discursivo. A descrição e a delimitação de entidades históricas, cuja singularidade deveria ser irreduzível, estão comprometidas com uma série de generalizações já presentes na própria linguagem comum, de modo que é a partir delas que se dão todo o ulterior relacionamento “lógico”⁵ entre as entidades históricas assim caracterizadas.

O compromisso da disciplina da história com o interesse cognoscitivo de oferecer uma representação conceitual da realidade particular tem, desde o início, portanto, um problema imenso. Rickert parece ter identificado tal problema, muito embora não tenha dado a ele uma solução ao nível da de Weber. Trata-se da questão da interpenetração e da concomitância entre geral e particular (RICKERT, 2009, p. 63) ou, em outras palavras, do fato de a individualização de qualquer segmento da realidade empírica depender de um quadro de generalizações do qual, no mais das vezes, não temos um rigoroso controle lógico. Qualquer descrição ou caracterização da realidade empírica particular precisa fazer uso senão de conceitos gerais, pelo menos de palavras com um conteúdo geral, no mais das vezes, neste caso, impreciso e mesmo polissêmico.

Centenares de términos del lenguaje usado por los historiadores contienen tales cuadros conceptuales indeterminados que brotan de una necesidad de expresión que se impone inconscientemente, y cuya significación no es pensada con claridad sino que los puede ser intuida (WEBER, 2001a, p. 82).

Ao escrever a história de um evento singular, o historiador lança mão de uma diversidade de significações a partir das quais ele “substitui” e “representa” a variedade infinita das determinações particulares que constituem o real em sua magnitude inconcebível. A citação acima é retirada de um trecho do famoso texto de Weber sobre a “objetividade” das ciências sociais, onde ele acentua a imprescindibilidade de conceitos tipos-ideais para uma adequada caracterização da realidade empírica. Isto porque, atesta ele, toda obra historiográfica, mesmo concentrada no objetivo cognoscitivo de representar os eventos em sua individualidade, lida o tempo todo com conceitos gerais, muitas vezes sem que o historiador tenha dado a esses conceitos o rigor e a precisão que apenas são alcançados na forma ideal-típica. Estes conceitos gerais, sejam eles concebidos como leis

causais ou apenas como regras gerais dos acontecimentos sociais, ou ainda como o conjunto organizado de regularidades empíricas observadas, deveriam ser reunidos pela sociologia na forma de tipos puros artificialmente concebidos; a razão de ser da sociologia, por isso, esteve atrelada aos interesses cognoscitivos da história: era como se Weber estivesse usando a sociologia para que esta cumprisse uma parte dos pré-requisitos metodológicos necessários à imputação causal em história. Por esse ângulo, pode-se vislumbrar o aspecto complementar que cada uma das disciplinas guarda em relação à outra no esquema de Weber: nem a história nem a sociologia são disciplinas independentes; ao que parece, o status de ciência a ser corroborado em ambas depende, antes, da participação decisiva da outra, como uma etapa complementar sem a qual os interesses explicativos de cada qual permanecem vazios e não alcançados.

Ora, será essa uma das funções essenciais atribuída à sociologia por Weber: a sociologia se diferencia da história não pelo objeto que tomam em análise, mas pela função cognoscitiva que exercem no empreendimento das ciências culturais, bem como na forma de representação conceitual que cada qual almeja.

A Sociologia constrói – o que já foi pressuposto várias vezes como óbvio – conceitos de tipos e procura regras gerais dos acontecimentos. Nisso contrapõe-se à História, que busca a análise e imputação causal de ações, formações e personalidades individuais culturalmente importantes. A conceituação da Sociologia encontra seu material, como casos exemplares e essencialmente, ainda que não de modo exclusivo, nas realidades da ação consideradas também relevantes do ponto de vista da História. Forma seus conceitos e procura suas regras sobretudo também levando em conta se, com isso, pode prestar um serviço à imputação causal histórica dos fenômenos culturalmente importantes. Como toda ciência generalizadora, seus conceitos, devido à peculiaridade de suas abstrações, têm de ser relativamente vazios quanto ao conteúdo, diante da histórica realidade concreta (WEBER, 2004, p. 12).

A generalização sociológica, por isso, tem a função primordial de oferecer à história um quadro de generalizações que permita a esta caracterizar a realidade empírica para além das significações diluídas no conteúdo geral da linguagem de senso comum da qual o historiador faz uso constante na exposição dos resultados de sua pesquisa e na própria reconstrução do passado singular. A todo tempo, o historiador faz uso de significações gerais que nem sempre tomam a forma precisa de um conceito. Estado, nação, língua, cultura, capitalismo, revolução, instituição, político, e uma variedade interminável de palavras que, uma vez não concebidas numa forma ideal-típica incorrem

no contrário daquilo que almejam: destituem a especificidade da realidade particular, ao invés de representá-la.

A teoria dos tipos ideais, por isso, preserva a ligação com a concepção analítica de formação dos conceitos. O conceito não reproduz a realidade, e o conhecimento, em geral, não mantém nenhuma vinculação imediata com a realidade. Um conceito ideal-típico de Estado, por exemplo, não diz respeito a uma forma que subsumi todos os Estados já existentes e ainda por existir. Ele não sintetiza as características que todos os indivíduos incluídos em sua extensão apresentam e menos ainda suas características médias. Um conceito ideal-típico de Estado, ao contrário, consiste numa construção artificial que, à luz de um critério valorativo explícito, reúne aquilo que é significativo: trata-se, portanto, de uma abstração que deve permanecer em sua forma pura, que deve servir para aferir o desvio dos casos particulares em relação a esse tipo puro artificialmente construído. Sua função, portanto, é tão somente *heurística*, e não representacional. Apenas em casos limites o fenômeno particular empírico poderia reunir todas as características selecionadas no tipo-ideal de Estado. O historiador deve confrontar o evento individual empírico com os tipos ideais abstratos artificiais e irrealis: com isso, ele não alcança uma reprodução integral do evento particular, o que é impossível, mas alcança exatamente um extrato de especificidade daquele objeto individual no que diz respeito aos valores em torno dos quais o tipo abstrato com o qual é comparado foi construído. Os tipos ideais, portanto, podem ser tanto de caráter geral quanto individual. Um conceito ideal-típico de “Estado” é necessário à formação de um conceito ideal-típico de “Estado francês no pós-guerra”. Este último, por sua vez, se tratando de um tipo ideal de individualidade histórica, fica ao encargo da disciplina da história, sabendo que também ele reúne apenas algumas características selecionadas daquela complexidade infinita que consiste nos processos reais da vida política e institucional a que diz respeito.

Uma vez que os tipos ideais podem assumir tanto a forma da generalização e da individualização e que, além disso, esses diferentes tipos de tipos ideais devem estar conjugados numa mesma operação cognoscitiva, Weber amplia a teoria dos conceitos. Já que entre conceito e realidade não há nenhum vínculo imediato, o conceito assume sempre a forma de uma imagem, uma imagem verbal: a forma pela qual o conhecimento transforma a realidade infinita em um conceito inteligível é a forma de uma imagem mental e discursiva. Diz Weber: “O termo conceito é usado por mim para designar cada imagem mental, mesmo sendo individual. Esta imagem mental foi construída por meio da elaboração lógica das variedades empíricas” (WEBER, 2001c, p. 5). Ou, ainda, que

Trata-se de um quadro de pensamento, não da realidade histórica, e muito menos da realidade ‘autêntica’; não serve de esquema em que se possa incluir a realidade à maneira de exemplar. Tem, antes, o significado de um conceito-limite, puramente ideal, em relação ao qual se mede a realidade a fim de esclarecer o conteúdo empírico de alguns dos seus elementos importantes, e com o qual esta é comparada. Tais conceitos são configurações nas quais construímos relações, [...] que a nossa imaginação, formada e orientada segundo a realidade, julga adequadas. [...] a natureza discursiva do nosso conhecimento, a circunstância de apenas captarmos a realidade através de uma cadeia de transformações na ordem da representação, postula este tipo de taquigrafia conceitual (WEBER, 2001, p. 140).

A generalização sociológica, como um tipo de “imagem mental” logicamente elaborada, tem a função heurística de, ao ser comparada com o devir contínuo e heterogêneo que compreende a realidade em sua diferenciação infinita, permitir a observação de outros elementos e características causais que atuaram no devir real e não estavam inclusos na extensão do conceito geral e, assim, alguns aspectos da heterogeneidade do devir real podem ser evidenciados a partir de uma homogeneidade teórica e abstratamente produzida. A individualização conceitual, por sua vez, tem o objetivo de trazer à tona estes *desvios* do conceito geral que se concretizaram em determinados casos particulares, acentuando a representação dessa especificidade em torno do tipo puro idealmente construído. Daí a irreduzível relação de complementaridade entre sociologia e história, divididas assim naquela que, ao menos na tradição weberiana, é a principal tarefa do conhecimento científico: a formação de conceitos. Mas há ainda uma outra questão não menos essencial: a explicação causal. Vejamos, a título de conclusão, o modo da relação entre história e sociologia no que toca à análise causal singular.

A explicação causal dos fenômenos particulares

É riquíssima a concepção de causalidade histórica circunscrita e delineada na obra de Weber. Ela está em completa consonância à sua teoria da formação de conceitos, exposta acima, bem como da integração entre generalização sociológica e individualização histórica. Uma vez considerado o *hiatus irrationalis* entre conceito e realidade empírica, anula-se de antemão a hipótese de qualquer filosofia da história, de qualquer sentido ou orientação prescrita à totalidade dos acontecimentos. As generalizações conceituais, na medida em que se caracterizam pela relação entre coisas a partir de características comuns, regulares ou recorrentes, ignora e abstrai a enorme

riqueza substantiva que constitui o real em sua diferenciação concreta. Disso se segue que o liame entre um evento e outro, que define um como causa do outro, não é um liame que pode ser expresso numa relação de dedução e nem de indução. Além disso, também, este liame não se deixa traduzir pela sucessão temporal, identificando a causa de determinado evento com aquele que é seu antecedente na linha de sucessão temporal. Uma vez que cada fragmento da realidade empírica potencialmente está sujeito a variadas descrições, e uma vez que cada recorte descritivo/interpretativo do passado é constituído a partir do “ponto de vista qualitativo” que a posição existencial do historiador sugere, a causalidade histórica é, para Weber, uma relação do particular com o particular, ainda que a divisão qualitativa da realidade em particulares esteja comprometida com o todo inabarcável da história; este particular, entretanto, só ganha unidade na forma conceitual de um indivíduo histórico (um tipo-ideal, pois), e é por isso que se trata de um liame qualitativo⁶ entre os eventos e não de um liame temporal-espacial. É exatamente esse limite qualitativo que livra a história de se reduzir a uma representação da ordem cronológica dos eventos, que necessariamente suporia, assim, que o evento antecedente é a causa do conseqüente; e é por isso que eventos distanciados em termos do tempo físico objetivo podem ser postos numa relação de afinidade causal. Nesta concepção de causalidade há a recusa de toda filosofia da história que postule um início absoluto para os objetos históricos: fenômenos que só ganham significação histórica na modernidade, por exemplo, podem ter suas raízes genealógicas em períodos muito anteriores, como no caso da genealogia da secularização esboçada por Weber (MARRAMAIO, 1994, p. 47-48). A causalidade histórica, deixando de ser entendida como uma teleologia entre causa e efeito, passa a ser entendida como uma relação de “favorecimento” causal entre individualidades históricas. Deixa de ser uma relação que vai do geral ao particular, como no método dedutivo, ou do particular ao geral, como no método indutivo, para tornar-se uma relação do particular ao particular.

São, pois, os indivíduos históricos e as entidades historiográficas conceitualmente construídos que definem a escala das mudanças temporais que a história torna seu objeto, e não o contrário. É por isso que uma história cultural do capitalismo não está presa a uma história da crise econômica do período medieval, e pode retroceder até os confins que remontam a formação da prática ascética como meio de salvação de algumas religiões proféticas de caráter ético. A mudança temporal não se mede com unidades idênticas do tempo físico, mas com unidades qualitativas prefiguradas conceitualmente na forma de “indivíduos históricos”. E é assim que coisas tão distintas como a unidade ideal-típica “ética do protestantismo ascético” pode ser posta em relação com outra unidade ideal-típica “‘espírito’ do capitalismo”. “O liame dinâmico entre fenômenos qualitativamente

diferentes” (WEBER, 2001c, p. 98) que define a causalidade histórica restaria dissolvido e esvaziado tão logo alguém quisesse fazer dele uma expressão de relações temporais medidas a partir das unidades do tempo físico espaço-temporal.

Não podendo nos estender indefinidamente sobre um tema tão rico, apresentaremos de forma breve o esquema da análise causal singular, evidenciando o papel fundamental desenvolvido pelas generalizações ideais-típicas construídas pela sociologia. Para tal, dividiremos a explicação causal em história em quatro fases integradas e, aqui, demasiadamente simplificadas: a) A seleção da variedade empírica, b) A modificação imaginária do devir, c) a avaliação comparada e d) a imputação causal.

a) Tendo em vista essa concepção de causalidade histórica, o primeiro passo da análise causal singular é a delimitação dos indivíduos históricos entre os quais se quer observar a relação de afinidade e favorecimento causal. Trata-se, portanto, da seleção ideal-típica das sequências de eventos a serem inclusos na exposição historiográfica. Em outras palavras, trata-se da própria definição do *explanandum* da investigação histórica, isto é, do curso de acontecimentos que segue de um estado inicial A para um resultado B e que precisa não apenas ser representado em sua especificidade, mas também ser explicado (RINGER, 2002, p. 168-169). Trata-se de um isolamento conceitual relacionado a valores que impõe limites e balizas à curiosidade histórica. Como vimos, a sociologia desempenha um papel fundamental nessa etapa uma vez que a caracterização dos objetos históricos individuais carece de termos e conceitos que tenham um conteúdo geral; é a sociologia que tem a função, então, de fornecer as generalizações imprescindíveis à caracterização das variáveis históricas individuais.

b) Em seguida, o historiador opera uma modificação “imaginária” – ela também ideal-típica, portanto – do curso de acontecimentos delimitado na etapa inicial. Ele isola e individualiza fatores hipoteticamente significativos naquele desenvolvimento que leva de A até B, alterando de modo ideal-típico aquela sequência: subtraindo, por exemplo, aquele fator hipoteticamente significativo. Nesta etapa se evidencia o caráter probabilista da teoria da causalidade tal como Weber a entende. Nela o historiador constrói cursos alternativos do devir que leva de A até B, subtraindo artificialmente um ou outro fator que ele julga, na forma de uma hipótese, serem fundamentais à especificidade do referido desenvolvimento.

c) No que seria uma terceira fase da análise causal singular, o historiador compara o tipo construído na etapa anterior como uma possibilidade objetiva e analisa, segundo o conhecimento nomológico que reúne sobre situações semelhantes, os prováveis resultados daquele processo de devir caso aquele fator hipoteticamente significativo não

tivesse existido. Nesta etapa, portanto, o historiador elabora questões quanto ao que poderia ter acontecido no processo histórico caso aquelas específicas variáveis estivessem ausentes. Aqui se evidencia o caráter contrafactual da teoria causal de Weber. Ora, é nessa etapa que há uma segunda participação decisiva do método sociológico em complementação ao histórico. Participando uma primeira vez na constituição dos indivíduos históricos, as generalizações sociológicas e o conhecimento nomológico reunido e sistematizado pela sociologia volta a servir à produção do conhecimento histórico. Com ele o historiador tem condições de supor o que teria acontecido caso determinadas variáveis históricas estivessem ausentes de determinado decurso particular do devir.

d) É somente a partir desse conhecimento nomológico que o historiador pode imaginar o que teria acontecido caso aquele determinado fator, isolado ideal-tipicamente, não tivesse existido. Uma vez munido do adequado conhecimento sociológico, o historiador pode avaliar em que medida a ausência ou a alteração hipotética de algum fator acarretaria também a transformação e a alteração da cadeia de acontecimentos que leva até B, de modo que o resultado final fosse outro e não B. Neste caso, ele pode imputar contrafactualmente aquele fator hipoteticamente alterado (na forma de uma possibilidade objetiva) como causalmente significativo para a consecução de B, uma vez que sem ele o estado de coisas final seria provavelmente diferente de B.

Pois bem, este modelo de causalidade se afasta definitivamente de qualquer tipo de investigação que suponha a causa de determinada particularidade concreta esteja em ligação imanente com um conceito geral ou, ao contrário, numa ligação imanente com eventos antecedentes passíveis de serem representados intuitivamente como uma sequência entre causa e efeito. Qualquer “resultado” histórico, qualquer *explanandum* que seja então tomado como objeto de investigação histórica, pode retroceder a um sem-número de causas que lhe foram anteriores no tempo, e um modelo causal que assim pretendesse explicar um resultado particular do devir, certamente estaria a reduzir o devir inesgotável a uma pálida representação sensitiva. A causalidade histórica, por isso, está submersa numa margem de indeterminação que é intransponível porquanto a sequência de mudanças temporais que se quer explicar não tenha passado. Somente depois de ter se tornado passado, é que o entendimento do historiador pode voltar retrospectivamente a ela e, isolando o resultado que quer explicar, procurar fatos particulares que tenham *favorecido* sua idiossincrática ocorrência. O que a causalidade histórica explica, portanto, é em que medida determinada ocorrência particular favoreceu o surgimento de outra determinada ocorrência particular. O *explanandum* histórico, nessa medida, tem a forma

de um lance de dados: comporta um número restrito de possibilidades que podem ser traduzidos pra uma margem de probabilidade, mas antes que os dados tenham parado de rolar é impossível dizer ao certo seu resultado, ainda que se os tenham lançado já, antes, infinitas vezes. Se, por um acaso, o investigador dos lançamentos de dados perceber que um resultado (considerando a igual probabilidade de vários resultados diferentes) foi mais frequente que os demais, ele pode retrospectivamente buscar quais causas específicas favoreceram aquele resultado, e explicar por que o número 5 foi mais frequente que os demais números, representando um desvio da sequência esperada. Ora, é a explicação deste tipo de desvio que caracteriza um *explanandum* histórico. Descobrimo um eventual peso extra no lado do número cinco do dado, o investigador pode imputar causalmente o desvio àquele peso. No caso da história, os dados já rolaram e o historiador “conhece” o resultado daquele lance de possibilidades. Ele, entretanto, precisa retrospectivamente delinear as várias possibilidades que estavam em jogo durante o rolar dos dados, durante a vivência existencial do devir empreendida pelos atores históricos que estão sob o foco da análise. Após então definir um conjunto de possibilidades objetivas que poderiam ter dado origem a um outro “resultado”, o historiador tem melhores condições de entrever as prováveis causas da especificidade do resultado conhecido e inicialmente descrito, aquelas que em maior e menor grau favoreceram que o resultado fosse aquele e não outro. Investigando as possibilidades em conflito e as requisições que sua existência real teria feito à história, o historiador pode, enfim, discernir as particularidades do devir real que o fizeram resultar do lance de dados da história, “vencendo” outras possibilidades. O historiador, assim, explica o que aconteceu a partir da explicação do que não aconteceu e porque não aconteceu.

É esta sequência de passos lógicos que dá à disciplina da história um terreno próprio e específico, apesar de todos os estreitos limites que mantém ora com teorias auxiliares (como as da sociologia), ora com as criações artísticas, como os romances literários. A defesa de Weber, nesse sentido, não pretende ignorar essas aproximações não só pertinentes, como latentes. Em nenhum momento nega ele que a história não seja essencialmente dependente da exposição narrativa que a aproxima aos gêneros literários. Assim como não nega a função essencial desempenhada pelas conceitualizações gerais e teóricas empreendidas por disciplinas auxiliares como a sociologia. Embora a forma narrativa e a utilização de teorias sociológicas integrem os fundamentos da disciplina da história, sendo por isso meritórios da mais incessante reflexão, eles nem por isso caracterizam a especificidade da disciplina da história: o que delimita a especificidade da disciplina da história e, nessa medida, de uma obra historiográfica, consiste em sua lógica

explicativa corroborada no método da imputação causal e que, nessa medida, a diferença tanto da sociologia quanto da descrição literária dos acontecimentos históricos.

E quando, de acordo com a forma de sua exposição, o historiador transmite ao leitor o resultado lógico do seu juízo causal histórico sem explicitar os fundamentos cognoscitivos, sugerindo-lhe o decurso dos fatos, em vez de raciocinar ‘pedanticamente’, a sua representação *será um romance histórico*, não uma comprovação científica, *se falta o esqueleto firme da imputação causal por trás da apresentação artística externamente bem modelada*. É este esqueleto, exatamente, que interessa para o árido modo de consideração da lógica, pois também *a exposição histórica exige ‘validade’ como ‘verdade’* e esta ‘validade’ diz respeito àquele importantíssimo aspecto, o único que consideramos até agora, qual seja, o regresso causal que apenas pode alcançar tal validade se, em caso de questionamento, saiu honrosa da prova daquele isolamento e daquela *generalização* dos componentes causais singulares, pela aplicação da categoria da possibilidade objetiva e pela imputação causal possibilitada dessa maneira (WEBER, 2001b, p. 202, grifo nosso).

A História, portanto, não abre mão sequer do atributo artístico que constitui a obra historiográfica enquanto artefato literário. Apesar disso, entretanto, a obra historiográfica possui uma estrutura explicativa, mais que simplesmente representacional, dentro da qual ela exerce “pedanticamente” uma argumentação explicativa. Ora, é essa lógica explicativa que torna a historiografia uma espécie mais próxima de gênero “ciência” do que do gênero “arte” ou “literatura”. Para essa lógica explicativa que leva a historiografia para além dos atributos de artefato literário, a sociologia dá contribuições fundamentais em distintas ocasiões da operação historiográfica. O estatuto da disciplina da história, como um tipo de investigação metódica dos processos temporais de mudança social, só pode ser corroborado com a ajuda dessa outra disciplina que, concentrada na generalização e no estabelecimento de quadros conceituais tipológicos, permite a dissecação analítica do objeto histórico.

Considerações Finais

Esta maneira com que Weber entendeu a relação entre história e sociologia certamente não é a única. Ela, entretanto, tem a vantagem de dar a ambas as disciplinas um potencial renovador inesgotável: novos conceitos e generalizações sociológicas possibilitarão sempre outras análises históricas e, por sua vez, novos interesses de conhecimento por novas individualidades históricas suscitarão sempre outras formulações teóricas de conceitos gerais. Weber, portanto, não especifica o modo como

esta ou aquela teoria sociológica pode contribuir com a formação de conceitos históricos e com a análise causal singular, mas, ao contrário, ele delimita a forma geral da relação entre as duas instâncias disciplinares, deixando em aberto o variadíssimo conteúdo que essa forma pode assumir na prática investigativa.

A proficuidade dessa relação interdisciplinar, entretanto, não é o único argumento que a justifica. Para a historiografia, entendida weberianamente, ela é imprescindível nas duas funções cognoscitivas a que a princípio se presta: qual seja, a representação e a explicação de individualidades históricas conceitualmente articuladas. No que diz respeito à primeira função, a da representação e da constituição das entidades históricas particulares, a sociologia participa decisivamente com o fornecimento de quadros conceituais dentro dos quais se possam situar as qualidades particulares dos objetos considerados, livrando a representação de suas respectivas particularidades das significações imprecisas que flutuam no senso comum e no uso ordinário da linguagem. No que diz respeito à segunda função, a da explicação e da atribuição de causas da singularidade a ser representada, a sociologia fornece o conhecimento nomológico sem o qual seria impossível traçar os desvios que o devir real assumiria caso dele estivessem ausentes uma ou outra variável individual e ideal-tipicamente considerada. Pode-se dizer, confirmando as hipóteses levantadas ao início de nossa exposição, que a história, sem os conceitos gerais produzidos pela sociologia, tornar-se-ia tão somente descritiva e, mais especificamente, o faria num sentido ficcional ou mesmo ingênuo com relação ao que é descrito. Por outro lado, a sociologia, sem os fenômenos particulares tornados significativos pela vida cultural, isto é, sem os fenômenos históricos, seria completamente vazia de conteúdo e se constituiria como um tipo de conhecimento com pretensões análogas às da matemática pura, o que sem dúvida alguma constituiria derradeiro absurdo. Etapas distintas de uma mesma e complexa operação cognitiva, história e sociologia estão unidas no enfrentamento de um problema comum, sobre o qual cada uma dessas disciplinas toca num viés diferente e complementar: o problema do *hiatus irrationalis* entre conceito e realidade empírica.

Referências

- ADAIR-TOTTEFF, Christopher. Max Weber as Philosopher: The Jaspers-Rickert Confrontation. *Max Weber Studies*, London, v. 1, n.3, 2002.
- BRUNN, Hans Henrik. Weber on Rickert: From Value Relation to Ideal Type. *Max Weber Studies*, London, v. 2, n.1, 2001.

- COHN, Gabriel. *Crítica e Resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores).
- FRISBY, David. The Aesthetics of Modern Life: Simmel's Interpretation. *Theory, Culture, and Society*, London, v. 8, 1991.
- GADAMER, Hans-Georg. Sobre a mudança nas ciências do espírito (ciências humanas). In: _____. *Hermenêutica em retrospectiva*, v. II, A virada Hermenêutica. Petrópolis: Vozes: 2007.
- GARCÍA, José M. González. Las Herencias de Kant y de Goethe en el Pensamiento de Max Weber. *Revista Española de Investigaciones Sociales*, Madrid, v. 43, 1988.
- MANHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia: introdução à sociologia do conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- MARCUSE, Herbert. *L'Ontologie de Hegel et lathéorie de l'historicité*. Paris: Gallimar, 1972.
- MARRAMAIO, Giacomo. *Céu e Terra: genealogia da secularização*. São Paulo: UNESP, 1994.
- MERQUIOR, José Guilherme. *Rousseau e Weber: dois estudos sobre a teoria da legitimidade*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1980.
- OAKES, Guy. Weber and the Southwest German School: The Genesis of the Concept of the Historical Individual. In: MOMMSEN, Wolfgang J.; OSTERHAMMEL, Jürgen. *Max Weber and his Contemporaries*. London: 1989.
- REIS, José Carlos. *A Escola dos Annales: a inovação em História*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- RICKERT, Heinrich. *Ciencia Natural y Ciencia Cultural*. Madrid: Ediciones Castilla, 1965.
- _____. *The Limits of Concepts Formation in Natural Science*. New York: Cambridge University Press, 2009.
- RINGER, Fritz. Max Weber on causal analysis, interpretation and comparison. *History and Theory*, v. 41, n. 2, 2002.
- SCHLUCHTER, Wolfgang. *The Rise of Western Rationalism: Max Weber's Developmental History*. California: University of California Press, 1985.
- SIMMEL, Georg. *Philosophy of Money*. London: Routledge, 2004.
- WEBER, Max. A "Objetividade" do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política. In: _____. *Metodologia das Ciências Sociais*. Trad. Augustin Wernet, 3. ed., v. 1. São Paulo: Unicamp, 2001.
- _____. *Ensayos sobre metodología sociológica*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2001a.
- _____. Estudos Críticos sobre a Lógica das Ciências da Cultura. In: _____. *Metodologia das Ciências Sociais*. Trad. Augustin Wernet. 3. ed., v. 1. São Paulo: Unicamp, 2001b.
- _____. Roscher e Knies e os Problemas Lógicos de Economia Política Histórica. In: _____. *Metodologia das Ciências Sociais*. Trad. Augustin Wernet. 3. ed., v. 1. São Paulo: Unicamp, 2001c.
- _____. *Economia e Sociedade*, v. 1. Brasília: UnB, 2004.

Notas

¹ Durkheim caracteriza o fato social, isto é, o objeto eminentemente sociológico, como todo o tipo de regra comportamental que ultrapasse a esfera do comportamento individual, prestando coercitivamente uma

forma trans-individual ao comportamento dos indivíduos. “É um fato social toda a maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coação exterior; ou ainda; que é geral no conjunto de uma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente das suas manifestações individuais” (DURKHEIM: 1983, p. 92 e 93). Ora, é evidente a ligação não apenas de toda a historiografia dos Annales ao objeto sociológico tal como designado por Durkheim, e de uma consequente (con) fusão entre fato social e fato histórico em algumas tradições historiográficas (REIS: 2004).

² Daí sua rotulação como neokantianos, tendo em vista o objetivo de levar o projeto kantiano de fundamentação da natureza para o domínio da não-natureza, da História e da Cultura.

³ Ora, deve-se ressaltar, contudo, que o estreitamento que o tema ganha em Rickert é a consequência lógica de seu ponto de partida na teoria do conhecimento.

⁴ Assim, o problema pelo histórico, em Dilthey, é o problema pelo ser-histórico, enquanto em Rickert é mais propriamente pelo conhecer histórico. O primeiro ultrapassa, portanto, os limites da problemática da história-ciência. Marcuse demonstra como a teoria da historicidade de Dilthey encontra sua base na ontologia hegeliana do Absoluto e do Espírito Objetivo. Segundo ele, “a concepção do sentido ontológico da vida humana como historicidade e sua definição como ‘Espírito’ estão intimamente ligadas a um tipo de fundamento filosófico que extrai o sentido do Ser a partir da ‘ideia de vida’ e afirma o suceder do ser em geral como ‘mobilidade vivente’: a mobilidade da vida humana é apenas um modo privilegiado desse suceder/vir-a-ser” (MARCUSE: 1972, p. 14 e 15, tradução nossa). Uma vez declarando a supremacia da epistemologia sobre a ontologia, Rickert não tinha porque procurar a especificidade da história senão no plano conceitual, lógico.

⁵ Não é demais lembrar que a palavra “lógico”, aqui, refere-se tão somente ao nível conceitual das elaborações discursivas, à teoria da formação dos conceitos.

⁶ Ora, esse liame qualitativo deriva justamente do fato de que as unidades de sentido que compõe a narrativa histórica, ou, na linguagem prática do historiador, as entidades históricas que estão postas em relação numa obra historiográfica, são unidades qualitativamente heterogêneas, e cuja conexão entre si não poderia se dar tão diretamente como a das unidades em matemática ou das unidades idênticas do tempo objetivo.

Artigo recebido em: 30/11/2013. Aprovado em: 15/12/2014.